




Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº 11032/25
	AUTOR: ALEX REDANO - REPUBLICANOS		
<p>Indica ao Poder Executivo, extensivo à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN/RO, a necessidade de autorização para o pagamento de débitos estaduais com criptomoedas e outros ativos virtuais, conforme minuta em anexo.</p> <p>O Parlamentar que a presente subscreve, nos termos do artigo 188 do Regimento Interno, <b>INDICA</b> ao Poder Executivo, extensivo à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN/RO, a necessidade de autorização para o pagamento de débitos estaduais com criptomoedas e outros ativos virtuais, conforme minuta em anexo.</p> <p>Plenário das Deliberações, 20 de fevereiro de 2025.</p> <p> Deputado <b>ALEX REDANO</b> REPUBLICANOS</p>			




Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº /2025
	AUTOR: ALEX REDANO - REPUBLICANOS		
<p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>A presente proposição tem como finalidade <b>INDICAR</b> ao Poder Executivo, extensivo à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN/RO, a necessidade de autorização para o pagamento de débitos estaduais com criptomoedas e outros ativos virtuais, conforme minuta em anexo.</p> <p>A proposta ora perseguida busca a modernização da arrecadação estadual, permitindo que os contribuintes utilizem seus ativos virtuais para quitar débitos com o Estado, em sintonia com as inovações tecnológicas e financeiras da atualidade.</p> <p>Outrossim, trata-se de medida em conformidade plena com a Lei Federal nº 14.478/2022, que estabelece o marco legal dos ativos virtuais no Brasil. É importante ressaltar que estes ativos, embora popularmente conhecidos como moedas virtuais ou criptomoedas, não possuem as características tradicionais de uma moeda (meio de troca, reserva de valor e unidade de conta), sendo classificados especificamente como ativos, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil.</p> <p>O modelo proposto assegura que o Estado sempre receberá os valores em moeda corrente nacional (Real), através de prestadoras de serviços devidamente autorizadas pelo órgão federal competente, que realizarão a conversão instantânea dos ativos virtuais. Este mecanismo atende integralmente aos requisitos do artigo 3º do Código Tributário Nacional e da Lei nº 9.069/1995, eliminando qualquer exposição do Estado a riscos cambiais ou de volatilidade inerentes aos ativos virtuais.</p> <p>A iniciativa traz múltiplos benefícios:</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº /2025
	AUTOR: ALEX REDANO - REPUBLICANOS		
<p>Para os contribuintes: flexibilidade adicional no pagamento de tributos, permitindo a utilização de seus ativos virtuais;</p> <p>Para o Estado: modernização dos mecanismos de arrecadação sem exposição a riscos, mantendo o recebimento exclusivamente em moeda nacional;</p> <p>Para o ecossistema local: estímulo à inovação tecnológica e ao desenvolvimento do setor de tecnologia financeira.</p> <p>O projeto incorpora rigorosamente as diretrizes estabelecidas na legislação federal, incluindo livre iniciativa, boas práticas de governança, transparência nas operações, proteção de dados pessoais e prevenção à lavagem de dinheiro. Importante destacar que a iniciativa diferencia claramente ativos virtuais de outros instrumentos não classificados como tal pela legislação, como moedas eletrônicas (Lei nº 12.865/2013), programas de pontos/recompensas e demais ativos regulados por legislação específica.</p> <p>Nesse passo, é imprescindível que o Estado de Rondônia autorize e estimule a utilização de tais medidas digitais para otimizar o pagamento de débitos (vencidos ou vincendos) junto à Fazenda Pública estadual.</p> <p><b>Destarte, considerando o interesse público inerente à matéria em apreço, apresentamos esta Indicação com a correspondente minuta de projeto de lei, na expectativa de vê-la ser atendida.</b></p> <p> Deputado ALEX REDANO REPUBLICANOS</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº /2025
	AUTOR: ALEX REDANO - REPUBLICANOS		
<p style="text-align: center;"><b>MINUTA DE PROJETO DE LEI</b></p> <p style="text-align: right;">Autoriza o pagamento de débitos tributários e multas no Estado de Rondônia mediante uso de criptomoedas ou outros ativos virtuais.</p> <p style="text-align: center;">A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, decreta:</p> <p><b>Art. 1º</b> Fica autorizado o pagamento de débitos tributários e multas estaduais mediante uso de criptomoedas ou outros ativos virtuais, observado o disposto nesta Lei.</p> <p>§ 1º O pagamento mediante ativos virtuais poderá ser utilizado para quitar débitos tributários e multas vencidos, vincendos ou inscritos em dívida ativa.</p> <p>§ 2º Para os fins desta Lei, considera-se ativo virtual a representação digital de valor que pode ser negociada ou transferida por meios eletrônicos e utilizada para realização de pagamentos ou com propósito de investimento, com definição e regulamentação dada pela Lei Federal nº 14.478/2022.</p> <p><b>Art. 2º</b> O contribuinte poderá utilizar criptomoedas ou outros ativos virtuais para pagamento, mediante transferência para prestadora de serviços credenciada pelo Estado.</p> <p><b>Art. 3º</b> A prestadora de serviços credenciada deverá, imediatamente após o recebimento dos ativos virtuais:</p> <p style="margin-left: 40px;">I - Converter o valor recebido em moeda corrente nacional;</p> <p style="margin-left: 40px;">II - Transferir o montante em reais para a conta do Estado;</p> <p style="margin-left: 40px;">III - Emitir comprovante ao contribuinte e à Fazenda Estadual.</p>			




Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº /2025
	AUTOR: ALEX REDANO - REPUBLICANOS		
<p>Parágrafo único. A transferência e o comprovante referidos nos incisos II e III devem conter as informações necessárias à identificação do débito e à validação de sua autenticidade, assegurando o cumprimento da obrigação tributária.</p> <p><b>Art. 4º</b> O Poder Executivo credenciará empresas privadas prestadoras de serviços de ativos virtuais que:</p> <p>I - Possuam prévia autorização do órgão federal competente, nos termos da Lei Federal nº 14.478/2022;</p> <p>II - Demonstrem capacidade técnica e financeira;</p> <p>III - Mantenham segregação contábil entre recursos próprios e de terceiros;</p> <p>IV - Adotem boas práticas de governança, transparência e gestão de riscos;</p> <p>V - Implementem medidas de segurança da informação e proteção de dados pessoais.</p> <p><b>Art. 5º</b> Os custos operacionais da conversão e da transferência a que se referem os incisos I e II do art. 3º desta Lei serão:</p> <p>I - Suportados pelo contribuinte, quando expressamente aceitos no momento da operação; ou</p> <p>II - Absorvidos pela prestadora de serviços credenciada, como contrapartida ao credenciamento Estadual.</p> <p><b>Art. 6º</b> O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, estabelecendo os procedimentos necessários para sua execução.</p> <p><b>Art. 7º</b> Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data da sua publicação.</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº /2025
	AUTOR: ALEX REDANO - REPUBLICANOS		
Plenário das Deliberações, 18 de fevereiro de 2025.			
<div> <b>Deputado ALEX REDANO</b> REPUBLICANOS</div>			